



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A01 , Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2006

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

Instituições e instituições

O homem não vive sem as instituições – sejam elas políticas, religiosas, jurídicas, financeiras, educacionais, esportivas ou de qualquer outra natureza, importância e amplitude. Do pequeno clube recreativo do interior ao Estado nacional ou à Igreja milenar, temos criado desde nossa origem instituições de todo tipo, por meio das quais nos agrupamos em torno dos mais distintos interesses, que tanto podem ser a devoção por uma escola de samba como a implantação de um sistema nacional de educação. As instituições, entendidas nesse amplo espectro, nascem, crescem, se transformam ou morrem segundo as necessidades nossas. Em princípio, elas são criadas para assegurar os fundamentos da ordem, da organização, da parceria, do conagraçamento, do espírito coletivo. Estamos conscientes de que, sem elas, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.

No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido marcada por conflitos, ódios e terremotos sociais. Isto nos leva a crer que, embora necessárias, múltiplas e atuantes, as instituições não asseguram o ordenamento social, a propagação da justiça, a harmonização dos interesses. Pode mesmo ocorrer o contrário: há instituições ditas “organizadas” que prosperam na atividade criminosa, disseminando o mandonismo, o ódio e a violência. Isso significa que a criação mesma de instituições pode ser motivada por um instinto destrutivo, discriminativo, hostil aos princípios básicos da civilização. “Crime organizado”, “formação de quadrilha”, “corporativismo” são expressões que lembram os diferentes modos pelos quais se podem instituir forças socialmente negativas e deletérias.

Uma grande dificuldade é a de discernir entre as instituições saudáveis, que de fato correspondem a algum interesse social, e aquelas que só se instalam como aparelho organizacional para mesquinamente auferir vantagens, cercear direitos, garantir privilégios. Outra grande dificuldade está em distinguir, dentro das instituições públicas oficiais, democraticamente criadas, os indivíduos ou grupos de indivíduos que se valem exatamente da imagem de legitimidade delas para, furtivamente, fazerem valer seus interesses particulares. O efeito desse tipo de ação é dos mais nefastos: quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinqüentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deva ser controlada pelo poder da força. Isso leva, como a História tem mostrado, à implantação das piores ditaduras, dos regimes de exceção, do autoritarismo e do sectarismo terrorista – exemplos das instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade.

(Saulo de Magalhães)

1. A repetição de palavra que há no título desse texto – **Instituições e instituições** – justifica-se porque, com esse procedimento, o autor
 - (A) encarece, de modo enfático, a importância que as instituições saudáveis assumem em qualquer tipo de organização social.
 - (B) considera a necessidade de discernir entre as instituições de efetivo valor social e as manipuladas por interesses reprováveis.
 - (C) manifesta sua descrença nas instituições que se multiplicam para melhor contemplar os interesses mesquinhos de grupos minoritários.
 - (D) alude à divisão entre as instituições permanentes, como a da Igreja, e as transitórias, como a de uma corporação pouco expressiva.
 - (E) acentua a necessidade social de preservar as instituições, adaptando-as, para isso, às diferentes contingências históricas.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, o autor reconhece a importância das instituições, analisa as modalidades em que se dividem e critica a finalidade nefasta para a qual algumas são criadas.
 - II. No segundo parágrafo, o autor não admite a possibilidade de que as instituições deletérias se organizem de modo eficaz, em virtude de atenderem a interesses outros que não os sociais.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor estabelece uma relação entre o aviltamento das instituições públicas e as graves conseqüências políticas que decorrem disso.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *forças socialmente negativas e deletérias* = poderes anti-sociais e destrutivos.
 - (B) *não asseguram o ordenamento social* = não asseveraram o enquadramento da sociedade.
 - (C) *disseminando o mandonismo* = refluindo o autoritarismo.
 - (D) *entendidas nesse amplo espectro* = apreendidas nesse quadro difuso.
 - (E) *mesquinamente auferir vantagens* = tolamente conferir privilégios.

<p>4. No terceiro parágrafo, afirma o autor que a imagem de legitimidade das instituições</p> <p>(A) acaba evitando que se propaguem as iniciativas dos indivíduos sem escrúpulos.</p> <p>(B) revela o sentido público que podem ganhar algumas iniciativas privadas.</p> <p>(C) acentua, inequivocamente, o interesse pessoal de quaisquer iniciativas.</p> <p>(D) garante a plena realização das iniciativas de quem deseja o bem comum.</p> <p>(E) pode vir a servir ao encobrimento da prática de ações interesseiras e inconfessáveis.</p>	<p>9. Na frase <i>No entanto, mesmo com a multiplicação das instituições, não conhecemos nenhuma época histórica que não tenha sido marcada por conflitos</i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo para o sentido, por:</p> <p>(A) Ainda assim, contando com a</p> <p>(B) Porém, ainda que houvesse a</p> <p>(C) Apesar disso, pelo fato de haver a</p> <p>(D) Todavia, apesar da</p> <p>(E) Por conseguinte, a despeito da</p>
<p>5. O tratamento pronominal adequado varia conforme a natureza da instituição e do cargo que alguém nela ocupa. Estarão corretos, por exemplo, a forma de tratamento e a concordância verbal na seguinte frase, dirigida a um senador da República:</p> <p>(A) Pediríamos que Vossa Excelência vos dignesse apreciar a proposta ora encaminhada.</p> <p>(B) Gostaríamos que Vossa Eminência se dignasse apreciar a presente reivindicação.</p> <p>(C) Vimos solicitar a Sua Excelência que vos dignesse apreciar esta recomendação.</p> <p>(D) Solicitamos que Vossa Excelência se digne apreciar esta proposta.</p> <p>(E) Vimos à presença de Sua Eminência para que consideres nossa proposta.</p>	<p>10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) O homem não prescinde das instituições, <u>com as quais</u> costuma se valer para a organização da sociedade.</p> <p>(B) Sem as instituições, <u>nas quais</u> é possível atribuir a propriedade do disfarce, não haveria formas de organização social.</p> <p>(C) Nos piores momentos da história, <u>aonde</u> vicejam os regimes de exceção, o homem reconhece sua vocação mais nefasta.</p> <p>(D) A desmoralização das instituições públicas é uma iniciativa <u>de cuja</u> responsabilidade se deve aos delinqüentes de todo tipo.</p> <p>(E) Criando instituições, <u>para cuja</u> estabilidade concorre o esforço de muitos, os homens buscam se reconhecer como cidadãos.</p>
<p>6. <i>Estamos conscientes de que, sem as instituições, imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva.</i></p> <p>Uma outra forma correta de expressar o que diz a frase acima é: <i>Estamos conscientes de que imperaria o caos, a barbárie, a violência, a lei da selva,</i></p> <p>(A) porquanto não houvessem as instituições.</p> <p>(B) no caso delas não terem havido.</p> <p>(C) não fossem as instituições.</p> <p>(D) deixassem as instituições de nos faltar.</p> <p>(E) não obstante as instituições.</p>	<p>11. O homem sempre criou instituições; <u>implementando as instituições</u>, o homem <u>atribui às instituições</u> o papel que <u>cabe às instituições desempenhar</u> como elemento fundamental para a organização da sociedade, pois, sem contar <u>com a organização da sociedade</u>, imperará a barbárie.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) implementando-as; atribui-lhes; lhes cabe desempenhar; com esta</p> <p>(B) implementando-as; as atribui; lhes cabe desempenhar; com a mesma</p> <p>(C) implementando-lhes; lhes atribui; as cabe desempenhar; com essa</p> <p>(D) as implementando; lhes atribui; à elas cabe desempenhar; com ela</p> <p>(E) implementando-lhes; atribui-lhes; cabe-lhes desempenhar; com aquela</p>
<p>7. Há plena observância das normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Sempre haverá os que lucram com quaisquer iniciativas de que resulte algum ônus para a imagem de confiabilidade de que carecem as instituições públicas.</p> <p>(B) A crescente disseminação de instituições que trabalham contra os interesses populares constituem um verdadeiro flagelo dos tempos modernos.</p> <p>(C) É curioso chamarem-se <i>crime organizado</i> a um tipo de iniciativas que investe, exatamente, contra a ordem social.</p> <p>(D) Não aprovuessem aos homens criar instituições, certamente viveríamos todos sob o signo da violência e da barbárie.</p> <p>(E) Tudo o que tem mostrado as sucessivas civilizações faz concluir que as instituições servem tanto aos bons quanto aos maus propósitos humanos.</p>	<p>12. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. O homem aplica-se em criar instituições, que podem lhe acarretar graves dissabores.</p> <p>II. Os regimes autoritários, que decorrem diretamente do desvirtuamento das instituições, são os mais nefastos.</p> <p>III. Não se impute defeito às instituições, cujo propósito essencial é permitir que os homens se organizem.</p> <p>A supressão da(s) vírgula(s) acarretará alteração de sentido em</p> <p>(A) I e II, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>instituições macabras que os homens – lamentavelmente – criam contra sua própria humanidade</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) estão sendo criadas.</p> <p>(B) são criadas.</p> <p>(C) foram criadas.</p> <p>(D) têm criado.</p> <p>(E) têm sido criadas.</p>	

<p>13. No terceiro parágrafo, o primeiro período se inicia com a expressão <i>Uma grande dificuldade</i> e o segundo se inicia com a expressão <i>Outra grande dificuldade</i>. Há, entre esses dois períodos, uma relação que exprime</p> <p>(A) uma sucessão de alternativas. (B) um nexos de causalidade. (C) uma justaposição simples. (D) uma contradição insuperável. (E) um critério hierárquico.</p>	<p>17. Atentando-se para a adequada articulação entre os tempos e os modos verbais, completa-se a frase Caso não fossem necessárias as instituições com o seguinte segmento:</p> <p>(A) haverão os homens de tê-las criado? (B) por que os homens as haverão de criar? (C) tê-las-íamos criado? (D) ainda assim as teremos criado? (E) tê-las-emos criado?</p>
<p>14. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Ao longo do tempo, os corruptos nem sempre se desaviram com as instituições; pelo contrário, muitos souberam usá-las em benefício próprio. (B) Em respeito à ética, se os interesses particulares se contrapuserem aos públicos, devem prevalecer estes, e não aqueles. (C) Caso não detêssemos boa parte dos nossos ímpetos destrutivos, nenhuma sociedade conheceria um momento sequer de estabilização. (D) Quando os estados nacionais não intervêm nas instituições corrompidas, a ordem social tende a fragilizar-se cada vez mais. (E) Se tivessem prevalecido as boas causas pelas quais nossos antepassados tiveram de lutar, estaríamos hoje numa sociedade mais justa.</p>	<p>18. Considerando-se a frase <i>quando se desmoraliza, pela ação de uma pequena parcela de delinquentes, a imagem de uma instituição pública saudável e necessária, propaga-se a crença de que a sociedade deva ser controlada pelo poder da força</i>, é correto afirmar que</p> <p>(A) a forma verbal <i>se desmoraliza</i> não sofreria alteração caso se substituísse <i>de uma instituição pública</i> por <i>das instituições públicas</i>. (B) a forma verbal <i>se desmoraliza</i> iria para o plural caso lhe seguisse <i>pelas ações</i>, em vez de <i>pela ação</i>. (C) o sentido da expressão <i>quando se desmoraliza</i> é equivalente ao da expressão <i>ainda quando se desmoralize</i>. (D) a voz verbal predominante é a ativa. (E) a ação expressa em <i>propaga-se a crença</i> é condição para a expressa em <i>quando se desmoraliza</i>.</p>
<p>15. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, numa forma do plural, para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) -lhes (parecer) justo que as instituições sejam manipuláveis? (B) Eles, a quem nenhuma instituição jamais (impor) quaisquer restrições, são os que mais reclamam. (C) Caso não se (assegurar) às minorias o direito de se expressarem, as maiorias acabarão exercendo um poder totalitário. (D) Se não (vir) a ocorrer, em qualquer sociedade, tantos desmandos institucionais, não haveria a necessidade de tantos organismos de fiscalização. (E) É por (disseminar) ódios e privilégios que muita instituição acaba se desmoralizando a si mesma.</p>	<p>19. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) As alterações <u>porque sofrem</u> as instituições podem ser necessárias. (B) Os caminhos <u>porque percorrem</u> os valores humanos são, por vezes, indevassáveis. (C) Se há rigor e ética nas instituições, algumas não funcionam <u>mesmo porquê</u>? (D) Há que se investigar o <u>porquê de as</u> instituições serem tão manipuláveis. (E) Não se sabe o <u>por que das</u> instituições serem falhas, mesmo quando bem arquitetadas.</p>
<p>16. Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:</p> <p>(A) A obsolescência das instituições constitui um dos grandes desafios dos legisladores, cuja função é reconhecer as solicitações de sua contemporaneidade. (B) Ao se denigrarem as boas reputações, desmoralizam-se os bons valores que devem reger uma sociedade. (C) A banalização dos atos anti-sociais é um sintoma da doença do nosso tempo, quando a barbárie dissimula-se em rotina. (D) Quando, numa mesma ação, convergem defeitos e méritos, confundimo-nos, na tentativa de discriminá-los. (E) Os hábitos que medeiam as relações sociais são louváveis, quando eticamente instituídos, e odiosos, quando ensejam privilégios.</p>	<p>20. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Se muitas vezes as instituições públicas abrigam interesses privados, é quando os homens percebem que podem usá-las ao seu bel prazer. (B) Historicamente, a implantação de ditaduras tem ocorrido em conseqüência do desprestígio e do aviltamento das instituições públicas. (C) É o cúmulo que se tratem por organizadas toda instituição cuja finalidade irregular surge como se fosse do interesse público. (D) Basta procurarmos na História alguma época em que imperou a harmonia absoluta para não encontrarmos uma sequer de que pudéssemos exemplificar. (E) Embora variem muito quanto a finalidade, está no princípio de todas as instituições o valor social com cujo os homens as terão concebido.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O princípio que exige objetividade no atendimento do interesse público, vedando a promoção pessoal de agentes ou autoridades; e aquele que impõe a todo agente público a realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional denominam-se, respectivamente,

- (A) impessoalidade e eficiência.
- (B) publicidade e impessoalidade.
- (C) impessoalidade e moralidade.
- (D) eficiência e legalidade.
- (E) publicidade e eficiência.

22. Alegando falta de verbas públicas, o Prefeito de uma cidade litorânea exonerou, *ad nutum*, determinado servidor. No dia seguinte, sem qualquer modificação na situação financeira do município, nomeou outro funcionário para a mesma vaga. Em virtude deste fato, o ato de exoneração será nulo em virtude da inobservância do requisito do ato administrativo denominado

- (A) imperatividade.
- (B) competência.
- (C) forma.
- (D) motivo.
- (E) auto-executoriedade.

23. A licença caracteriza-se como o ato administrativo

- (A) bilateral e discricionário, que proporciona ao particular que preencha os requisitos legais a fruição de certo bem público.
- (B) unilateral, discricionário e precário, segundo o qual a Administração faculta ao particular o uso privativo de determinado bem público.
- (C) unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- (D) unilateral, discricionário, precário e gratuito, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de serviço público.
- (E) unilateral e vinculado, segundo o qual a Administração Pública reconhece a legalidade de um ato jurídico.

24. O ato administrativo praticado no exercício da competência discricionária

- (A) pode ser revogado pelo Judiciário ou Legislativo quando inadequado ou inoportuno.
- (B) não é passível de controle judicial, administrativo ou legislativo.
- (C) pode ser apreciado judicialmente, desde que sobre o mérito.
- (D) não goza do atributo da presunção de legitimidade.
- (E) pode ser passível de apreciação judicial quanto aos aspectos da legalidade.

25. A autoridade competente, alegando insubordinação grave em serviço, demitiu determinado servidor estável. Contudo, este comprovou judicialmente a inexistência dos motivos que culminaram com referida penalidade, o que resultou em sua invalidação. Em virtude do ocorrido, o servidor será

- (A) reconduzido a qualquer cargo com atribuições compatíveis com as exercidas anteriormente, com integral ressarcimento dos prejuízos suportados.
- (B) reintegrado no cargo anteriormente ocupado, ou no resultante de sua transformação, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (C) readaptado no cargo ocupado anteriormente, com plena restauração dos direitos violados e integral ressarcimento dos prejuízos sofridos.
- (D) posto em disponibilidade, com recebimento de remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (E) reinvestido no cargo anteriormente ocupado em virtude da forma de provimento originário denominada reversão.

26. Com relação às penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

- (A) o ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.
- (B) a suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo ultrapassar 90 dias.
- (C) a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 dias consecutivos, configura abandono de cargo.
- (D) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- (E) o servidor de plantão que ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, será suspenso por até 120 dias.

27. Sobre as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, é correto afirmar:

- (A) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados no objeto do certame.
- (B) A União discricionariamente decidirá sobre a dispensa de licitação quando pretender vender um imóvel de sua propriedade a uma autarquia federal.
- (C) Para a aquisição de bens necessários ao atendimento de determinada situação emergencial, o Poder Público poderá dispensar o procedimento licitatório.
- (D) Na licitação deserta verifica-se a inviabilidade de competição ante a inabilitação de todos os concorrentes.
- (E) É inexigível a licitação para a contratação de empresa de notória especialização, prestadora de serviços de publicidade, de natureza singular.

<p>28. Observe as seguintes proposições referentes às características dos contratos administrativos:</p> <p>I. O contratado poderá argüir a exceção do contrato não-cumprido quando a Administração atrasar, por mais de 30 dias, o pagamento estipulado no ajuste.</p> <p>II. A Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato quando o particular atrasar injustificadamente o início da obra.</p> <p>III. As cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos poderão ser alteradas unilateralmente pela Administração.</p> <p>IV. Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados <i>intuitu personae</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV. (B) II e III. (C) I e IV. (D) I, II e III. (E) I, II e IV.</p>	<p>32. Considere as seguintes assertivas sobre o Supremo Tribunal Federal:</p> <p>I. As decisões de mérito definitivas proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia <i>erga omnes</i>, vinculante e <i>ex tunc</i>.</p> <p>II. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>III. Cabe ao Supremo Tribunal Federal apreciar, na forma da lei, argüição de preceito fundamental decorrente da Constituição.</p> <p>IV. É condição de admissibilidade do Recurso Extraordinário a demonstração de repercussão geral das questões constitucionais discutidas ao caso, nos termos da Lei, podendo o Tribunal recusá-lo pela manifestação da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>Está integralmente correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV. (B) I e III. (C) I, III e IV. (D) II, III e IV. (E) III e IV.</p>
<p>29. O pregão é a modalidade de licitação</p> <p>(A) destinada à venda de produtos legalmente apreendidos, a quem oferecer o maior lance.</p> <p>(B) em que a habilitação do vencedor ocorre após a classificação das propostas.</p> <p>(C) entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.</p> <p>(D) realizada entre interessados previamente cadastrados e convocados mediante carta-convite.</p> <p>(E) reservada à compra de bens de pequeno valor e alienação de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.</p>	<p>33. No que concerne aos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar que</p> <p>(A) a inviolabilidade de domicílio pode ser mitigada para prestação de socorro, mediante o consentimento do morador.</p> <p>(B) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no segundo caso, o trânsito em julgado.</p> <p>(C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo intransmissível aos seus herdeiros.</p> <p>(D) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, todavia, depende de licença da respectiva autoridade.</p> <p>(E) a autoridade competente poderá usar de propriedade particular em caso de iminente perigo público, assegurada a indenização ao proprietário em caso de dano.</p>
<p>30. É cargo privativo de brasileiro nato:</p> <p>(A) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça. (C) Procurador Geral da República. (D) Ministro de Estado da Defesa. (E) Governador de Estado, Território e do Distrito Federal.</p>	<p>34. No que concerne aos Servidores Públicos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.</p> <p>(B) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime de previdência dos servidores públicos.</p> <p>(C) Os servidores públicos poderão se aposentar voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as demais condições.</p> <p>(D) A Constituição Federal exige para a aposentadoria voluntária com proventos integrais, cumulativamente, idade mínima de 60 anos para homem e 55 para mulher, além de 35 e 30 anos de contribuição, respectivamente.</p> <p>(E) Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis, na forma da Constituição Federal de 1988, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do Regime de Previdência dos servidores públicos.</p>
<p>31. No que concerne ao Processo Legislativo Brasileiro é correto afirmar:</p> <p>(A) É de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre normas gerais de organização do Ministério Público e da Defensoria dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.</p> <p>(B) A proposta de emenda da Constituição Federal será votada em dois turnos em cada casa do Congresso e será aprovada com a obtenção de voto de 2/3 de seus respectivos membros.</p> <p>(C) A edição de medida provisória, com força de lei, em caso de relevância e urgência, é de competência privativa do Presidente da República e poderá versar sobre matéria reservada à Lei Complementar.</p> <p>(D) O veto do Presidente da República a projeto de lei deverá ser feito no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento. O silêncio presidencial durante este prazo importará em sanção.</p> <p>(E) A iniciativa popular pode ser exercida mediante a apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.</p>	

<p>35. Uma medida provisória editada</p> <p>(A) poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa, ainda que rejeitada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(B) passará por uma comissão de Senadores que emitirá parecer sobre ela antes de ser apreciada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) não poderá ser reeditada em nenhuma hipótese se for expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional.</p> <p>(D) poderá ter sua vigência prorrogada uma vez pelo prazo máximo de 60 dias.</p> <p>(E) terá sua votação iniciada no Senado Federal.</p>	<p>38. Compete, privativamente, ao Presidente da República</p> <p>(A) proceder à nomeação e à exoneração de Ministros de Estado, com anuência do Congresso Nacional.</p> <p>(B) permitir, nos casos previstos em lei ordinária, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.</p> <p>(C) sancionar, promulgar e fazer publicar as emendas constitucionais e leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.</p> <p>(D) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.</p> <p>(E) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao Advogado-Geral da União.</p>
<p>36. Considere as seguintes assertivas sobre os direitos políticos:</p> <p>I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, maiores de sessenta anos e maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.</p> <p>II. É condição de elegibilidade, dentre outras, para ocupar o cargo de Prefeito Municipal, a idade mínima de vinte e um anos.</p> <p>III. Para concorrer a outro cargo o Governador do Estado deverá renunciar o seu mandato até seis meses antes do pleito eleitoral.</p> <p>IV. Os direitos políticos de um indivíduo poderão ser cassados em caso de incapacidade civil absoluta.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>39. Considere as seguintes assertivas a respeito das Comissões de Conciliação Prévia:</p> <p>I. A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.</p> <p>II. O mandato dos membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes é de um ano, sendo vedada a recondução.</p> <p>III. Haverá na Comissão de Conciliação Prévia tantos suplentes quantos forem os representantes titulares.</p> <p>De acordo com a Lei nº 9.958/2000, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>37. No que concerne aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que</p> <p>(A) o trabalhador terá direito a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em quarenta por cento à do normal.</p> <p>(B) o trabalhador terá jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.</p> <p>(C) o rol de direitos dos trabalhadores previstos na Constituição Federal é exemplificativo.</p> <p>(D) é proibido o exercício de qualquer tipo de trabalho pelo menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.</p> <p>(E) é proibida qualquer distinção de remuneração para o trabalho noturno e diurno, mesmo se as funções desempenhadas forem as mesmas.</p>	<p>40. Com relação à gratificação de natal é correto afirmar:</p> <p>(A) A gratificação de natal não tem natureza salarial, tratando-se de uma forma de agradecimento por parte do empregador em razão de serviços prestados.</p> <p>(B) Entre os meses de março e setembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.</p> <p>(C) O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.</p> <p>(D) Percebendo o empregador remuneração variável, o cálculo da gratificação de Natal deverá ser feito pelo salário recebido pelo empregado no mês anterior.</p> <p>(E) As horas extras laboradas não integram a gratificação de natal, inclusive quando pagas com habitualidade.</p> <p>41. Na sucessão de empresas,</p> <p>(A) a mudança da titularidade da empresa implica sucessão de empregadores, havendo substituição do empregador.</p> <p>(B) não existe responsabilidade solidária do sucessor e do sucedido, mas apenas responsabilidade do sucessor que é o empregador.</p> <p>(C) os bens da empresa sucessora, em regra, não poderão ser penhorados em processos que já estavam em trâmite quando da ocorrência da sucessão.</p> <p>(D) será necessário, em qualquer hipótese, a elaboração de novo registro de empregados, que obedecerá os mesmos termos do registro anterior.</p> <p>(E) o sucessor deve, necessariamente, manter a mesma atividade do sucedido, sob pena de não caracterização da efetiva sucessão.</p>

<p>42. Com relação à duração do trabalho, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, é certo que</p> <p>(A) não serão computadas como jornada extraordinária, em regra, as variações de horário no registro de ponto não-excedentes a quinze minutos, observado o limite máximo de vinte minutos diários.</p> <p>(B) a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não-excedente de 3, exclusivamente, mediante contrato coletivo de trabalho.</p> <p>(C) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, em regra, será computado na jornada de trabalho.</p> <p>(D) os diretores e chefes de departamento terão direito ao recebimento das horas extras laboradas, por não exercerem encargos de gestão, havendo expressa disposição legal.</p> <p>(E) o acordo de compensação de horas trabalhadas será celebrado em acordo ou convenção coletiva de trabalho e o período será de um ano.</p>	<p>45. Com relação aos períodos de descanso segundo a Consolidação das Leis do Trabalho é correto afirmar:</p> <p>(A) Os intervalos de descanso serão computados na duração do trabalho, em razão de expressa determinação legal, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário.</p> <p>(B) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de quatorze horas consecutivas para descanso.</p> <p>(C) Não excedendo de seis horas o trabalho contínuo, será obrigatório um intervalo de trinta minutos quando a duração ultrapassar três horas.</p> <p>(D) Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação.</p> <p>(E) Quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente acrescido de 100%.</p>
<p>43. As Convenções Coletivas de Trabalho</p> <p>(A) serão celebradas por escrito, sem emendas nem rasuras, em apenas duas vias, sendo uma delas destinada a registro.</p> <p>(B) poderão prever, facultativamente, penalidades para os Sindicatos convenientes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.</p> <p>(C) não poderão estipular período de duração superior a dois anos, havendo expressa disposição legal de limitação do prazo máximo de validade.</p> <p>(D) serão celebradas pelos sindicatos, independentemente de anterior deliberação em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.</p> <p>(E) podem limitar direitos indisponíveis dos trabalhadores considerados individualmente, em razão de seu caráter normativo.</p>	<p>46. Isis foi contratada na sede da Empresa empregadora, em Campo Grande, para prestar serviços em São Paulo. Posteriormente, foi transferida definitivamente para Goiânia, quando foi dispensada. Considerando que Isis possui residência em Belo Horizonte será competente para conhecer da reclamação trabalhista a(s) Vara(s) do Trabalho da cidade de</p> <p>(A) São Paulo.</p> <p>(B) Campo Grande.</p> <p>(C) Goiânia.</p> <p>(D) Belo Horizonte.</p> <p>(E) Campo Grande ou Belo Horizonte.</p>
<p>44. Considere as seguintes assertivas a respeito do Contrato Individual de Trabalho:</p> <p>I. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.</p> <p>II. O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, de atividades empresariais de caráter transitório ou de contrato de experiência.</p> <p>III. Considera-se, em regra, por prazo indeterminado todo contrato individual de trabalho que suceder, dentro de doze meses, a outro contrato por prazo determinado.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>47. Com relação ao Processo Judiciário do Trabalho, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.</p> <p>II. A compensação poderá ser argüida em qualquer fase do processo, por expressa determinação legal, sendo uma faculdade da parte alegá-la em contestação.</p> <p>III. Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>

<p>48. No Processo do Trabalho, a nulidade</p> <p>(A) quando pronunciada, não obriga o juiz ou Tribunal que a pronunciou a declarar os atos a que ela se estende, tratando-se de mera faculdade.</p> <p>(B) fundada em incompetência da Justiça do Trabalho, não será declarada senão mediante provocação das partes.</p> <p>(C) será pronunciada, mesmo que seja possível supri-se a falta ou repetir-se o ato, em decorrência da formalidade inerente ao processo do trabalho.</p> <p>(D) será pronunciada, mesmo quando argüida por quem lhe tiver dado causa, por expressa determinação legal.</p> <p>(E) do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.</p>	<p>52. Hércles ajuizou ação ordinária contra Caio, Zeus e Tício. Caio foi citado, mas Zeus e Tício não foram localizados por encontrarem-se em local ignorado. O autor desistiu da ação em relação a Zeus e Tício. Nesse caso, o prazo para resposta de Caio correrá</p> <p>(A) da data da certidão do oficial de justiça encarregado da citação.</p> <p>(B) da data da citação de Caio.</p> <p>(C) da juntada aos autos do mandado de citação de Caio.</p> <p>(D) do pedido de desistência formulado por Tício.</p> <p>(E) da intimação do despacho que deferiu a desistência.</p>
<p>49. Com relação ao Procedimento Sumaríssimo, previsto na Lei nº 9.957/2000, é correto afirmar:</p> <p>(A) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo o pedido deverá ser incerto ou indeterminado, objetivando a apuração em fase de liquidação.</p> <p>(B) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.</p> <p>(C) Estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>(D) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.</p> <p>(E) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo é permitida, em regra, a citação por edital.</p>	<p>53. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando o</p> <p>(A) autor renunciar ao direito sobre o que se funda a ação.</p> <p>(B) réu reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(C) juiz pronunciar a decadência.</p> <p>(D) juiz acolher alegação de perempção, litispendência ou coisa julgada.</p> <p>(E) juiz pronunciar a prescrição.</p>
<p>50. Das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, quer nos dissídios individuais quer nos dissídios coletivos, caberá</p> <p>(A) Recurso Ordinário, no prazo de oito dias.</p> <p>(B) Recurso Revista, no prazo de quinze dias.</p> <p>(C) Recurso Ordinário, no prazo de quinze dias.</p> <p>(D) Recurso Revista, no prazo de oito dias.</p> <p>(E) Agravo de Petição, no prazo de dez dias.</p>	<p>54. A respeito do pedido constante da petição inicial, é correto afirmar:</p> <p>(A) O pedido deve ser certo e determinado, sendo sempre vedada ao autor a formulação de pedido genérico.</p> <p>(B) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores, aquele que não participou do processo receberá a sua parte, deduzidas as despesas na proporção de seu crédito.</p> <p>(C) A cumulação de vários pedidos, num único processo, contra o mesmo réu, só é possível se entre eles houver conexão.</p> <p>(D) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, estas só serão consideradas incluídas no pedido se houver declaração expressa do autor.</p> <p>(E) Será sempre vedada a cumulação de pedidos, num único processo, contra o mesmo réu, mesmo se houver conexão, se para cada pedido corresponder tipo diverso de procedimento.</p>
<p>51. Nos dissídios individuais,</p> <p>(A) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.</p> <p>(B) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.</p> <p>(C) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.</p> <p>(D) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.</p> <p>(E) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.</p>	<p>55. Quanto à revelia, é correto afirmar:</p> <p>(A) Havendo pluralidade de réus, não serão considerados verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, em relação ao revel, se algum deles contestar a ação.</p> <p>(B) O autor, ocorrendo a revelia, poderá demandar declaração incidente independentemente de nova citação do réu.</p> <p>(C) Contra o revel, os prazos somente correrão após a intimação de cada ato processual.</p> <p>(D) O revel poderá intervir no processo até a sentença de primeiro grau, recebendo-o no estado em que se encontra.</p> <p>(E) O autor, ocorrendo a revelia, poderá alterar o pedido ou a causa de pedir independentemente de nova citação do réu.</p>

56. Considere as assertivas a respeito do processo cautelar:

- I. O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.
- II. O requerido, qualquer que seja o processo cautelar, será citado para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- III. O prazo para contestação conta-se da juntada aos autos do mandado de execução de medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificação prévia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

57. Hefaistos, agente fiscal de rendas, compareceu à empresa “A” e constatou fraude no recolhimento de tributos no montante de R\$ 25.000,00. O responsável pela empresa lhe ofereceu a quantia de R\$ 5.000,00 para relevar a fraude constatada. Hefaistos recebeu a quantia oferecida, mas, mesmo assim, autuou a empresa pela mencionada infração. Nesse caso, Hefaistos

- (A) não cometeu nenhum delito, pois autuou a empresa.
- (B) cometeu crime de corrupção passiva.
- (C) cometeu crime de concussão.
- (D) cometeu crime de excesso de exação.
- (E) cometeu crime de prevaricação.

58. Ares, funcionário do Serviço de Águas e Esgotos do Município, entidade paraestatal, desviou em proveito próprio a quantia de R\$ 5.200,00 referente ao pagamento de contas em atraso efetuadas por um usuário. Nessa hipótese, Ares

- (A) cometeu crime de emprego irregular de rendas públicas.
- (B) não cometeu crime contra a Administração Pública.
- (C) cometeu crime de prevaricação.
- (D) cometeu crime de corrupção passiva.
- (E) cometeu crime de peculato.

59. Perseu, advogado militante na cidade, não é funcionário público, mas é amigo do Delegado de Polícia do Município. Valendo-se dessa amizade, pediu ao policial que não prendesse em flagrante um cliente seu que havia sido surpreendido furtando roupas de uma loja. Nessa situação, Perseu

- (A) cometeu crime de condescendência criminosa.
- (B) cometeu crime de advocacia administrativa.
- (C) cometeu crime de corrupção passiva.
- (D) não cometeu crime contra a Administração da Pública.
- (E) cometeu crime de concussão.

60. Cadmo foi surpreendido por policiais quando arrombava o cofre de uma loja para subtrair dinheiro. Na delegacia, o Delegado de Polícia, por ser amigo de seu pai e penalizado com a situação de pobreza de Cadmo, deixou de determinar a lavratura de auto de prisão em flagrante e colocou-o em liberdade. Nesse caso, o Delegado de Polícia

- (A) cometeu crime de prevaricação.
- (B) não cometeu crime contra a Administração Pública.
- (C) cometeu crime de condescendência criminosa.
- (D) cometeu crime de corrupção passiva.
- (E) cometeu crime de abandono de função.